



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA

**Acta n.º 8**

**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA NO DIA DEZASSETETE DE**  
**ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE.**

----- Aos dezassete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, na Sala de Sessões da **Câmara Municipal de Mora**, reuniu a **Câmara Municipal** sob a Presidência do **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, encontrando-se presentes os Senhores Vereadores, **Marco Filipe Barreiros Pires, Paula Cristina Calado Chuço, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Bruno Alexandre Croca Brites** -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** Não houve assuntos presentes.--

----- Eram dez horas, o **Senhor Presidente, Luis Simão Duarte de Matos**, declarou aberta a reunião após o que foi lida, aprovada e assinada a acta da reunião anterior que havia sido aprovada em minuta.-----

----- Seguidamente o **Senhor Presidente**, propôs a **Ordem de Trabalhos** anexa, a qual foi aprovada por unanimidade.-----

----- Deu-se então início à discussão da **Ordem de Trabalhos**. -----

----- **Ponto um: EXPEDIENTE DA DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO:** -----

----- **Ponto um - um: DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que nos termos e para os efeitos previstos no número 6 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) com a redação aplicável, informa-se que, relativamente ao processo nº. 21/2015 em nome de **Cercitop, C:R:L.**, foi ultrapassado o prazo de seis meses e respetiva prorrogação por três, previstos nos números 4 e 5 do mesmo artigo, para apresentar os projetos de especialidades e outros estudos. A falta da sua apresentação implica a suspensão do processo de licenciamento

pelo período máximo de seis meses, também já ultrapassado.-----

Foi dado cumprimento ao princípio de audiência prévia dos interessados, sem que os mesmos se tenham pronunciado por escrito. Terá, no entanto, existido contacto informal no sentido de verificar os procedimentos necessários à nova aprovação do projeto de arquitetura, conforme transmitido através de ofício de 25/06/2018. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara declare a caducidade da deliberação que aprovou o projeto de arquitetura, em conformidade com o nº 6 do artigo 20º do RJUE, sem prejuízo da requerente encetar as diligências necessárias à nova aprovação do mesmo. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, declarar a caducidade da licença. -----

Pela **Senhora Vereadora Paula Cristina Caldo Chuço**, foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedida para quaisquer intervenções enquanto Vereadora da Câmara, para intervir nos seguintes processos de “Declaração de Caducidade” por ser parte interessada, pelo que de seguida abandonou a reunião.-----

Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que os termos e para os efeitos previstos no artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) com a redação em vigor, informa-se que, relativamente ao processo nº. 19/2015 em nome de **Alfredo Augusto Moita Estoura**, foi ultrapassado o prazo concedido para a conclusão da obra e respetivas prorrogações, fixados no alvará n.º 4/2017 (validade até 13/07/2018).-----

---Importa referir que foi dado cumprimento ao princípio de audiência prévia do

interessado, sem que o mesmo se tenha pronunciado por escrito. Nesse sentido, propõe-se que a Câmara declare a caducidade da licença nos termos da alínea d) do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, sem prejuízo do requerente desencadear os procedimentos necessários ao pedido de renovação ou de licença especial, ao abrigo dos artigos 72.º ou 88.º do mesmo regime. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, declarar a caducidade da licença. -----

Presente também informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que nos termos e para os efeitos previstos no artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) com a redação em vigor, informa-se que, relativamente ao processo n.º. 11/2016 em nome de **Anabela Albina Caeiro Torres**, foi ultrapassado o prazo concedido para a conclusão da obra, fixado no alvará n.º 4/2018 (validade até 11/09/2018). -----

Importa referir que foi dado cumprimento ao princípio de audiência prévia do interessado, tendo a requerente solicitado a concessão de licença especial para conclusão de obras inacabadas pelo prazo de 3 meses. No entanto esse pedido não estará acompanhado de qualquer elemento, pelo que se solicitou o seu aperfeiçoamento.-----

Nesse sentido, propõe-se que a Câmara declare a caducidade da licença nos termos da alínea d) do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, sem prejuízo da requerente submeter os elementos necessários à decisão sobre o pedido de licença especial, ao abrigo do artigo 88.º do mesmo regime. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, declarar a caducidade da licença. -----

Acto contínuo a Senhora Vereadora regressou à reunião. -----

----- **Ponto um - dois: OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO - AUTORIZA-**

**ÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado, através do balcão do Empreendedor, pedido de autorização em nome de **Luís Manuel Ameixeira Caeiro**, para ocupação do espaço público com anúncio luminoso / iluminado / eletrónico, nos termos dos números 4 e 5 do art.º 12.º do Decreto-Lei 48/2011 de 1 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 10/2015 de 16/01. -----

De acordo com a declaração apresentada, o equipamento não cumpre com todos os critérios previstos no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público - objeto dos Avisos 14737/2015 de 17/12 e 4858/2016 de 12/04 publicados na 2.ª série do Diário da República. -----

O pedido refere-se à instalação do elemento publicitário no estabelecimento localizado na Rua de S. Paulo, n.º 9 em Pavia, cuja atividade se refere à mediação de seguros. O procedimento aplicável à operação será o de autorização, uma vez que o equipamento não cumprirá com todos os critérios constantes do Regulamento supracitado, a saber: -----

- Artigo 64.º, n.º 1, alínea a) "Em ruas com passeios não exceder o balanço de 1,00 m em relação ao plano marginal do edifício, sem ultrapassar o limite externo do lancil;"-----

- Artigo 64.º, n.º 1, alínea c) "A distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor do que 2,00 m nem superior a 3,50 m."-----

De facto, de acordo com informações prestadas pelo requerente, pedidos anteriores e foto anexa, o equipamento excederá o limite externo do lancil, uma vez que se trata de passeio com apenas 0,40 m, encontrando-se ainda a parte inferior do anúncio a 5 metros do solo. -----

Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento em causa confirma-se a possibilidade de dispensa dos critérios referidos, que integram o seu Capítulo IV. -----

Cumprir informar que o suporte em causa já foi autorizado anteriormente, com base no facto de se considerar que o mesmo não oferece qualquer tipo de inconveniente para a circulação viária e pedonal, pelo que se submete a decisão de Câmara a pretensão apresentada, entendendo-se que poderá ser tomada decisão equivalente. -----

Informa-se ainda que o presente processo apresentou problemas na tramitação pelo BdE - regista atualmente como estando a aguardar o pagamento da taxa inicial, quando o requerente já procedeu à sua liquidação. Contactada a AMA, foi indicado que o pedido estaria bloqueado por erro informático, mas que poderia ser alvo dos procedimentos internos, com vista à respetiva decisão. Assim, o processo não poderá ser concluído da forma normal, devendo, em alternativa, ser solicitado à AMA a alteração do seu estado e o carregamento da decisão que sobre ele recair, bem como das taxas aplicáveis e referências multibanco para pagamento, em caso de deferimento. -----

Deferido por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**. -----

Presente também informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que foi apresentado, através do balcão do Empreendedor, pedido de autoriza-

ção em nome de **Ricardina Maria Salvaterra Borbinhas Salgueiro**, para ocupação do espaço público com esplanada, nos termos dos números 4 e 5 do art.º 12.º do Decreto-Lei 48/2011 de 1 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 10/2015 de 16/01. -----

De acordo com a declaração apresentada, o equipamento não cumpre com todos os critérios previstos no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público - objeto dos Avisos 14737/2015 de 17/12 e 4858/2016 de 12/04 publicados na 2.ª série do Diário da República. -----

O pedido refere-se à instalação de esplanada no estabelecimento de bebidas localizado na Rua de Cabeção, n.º 179 em Mora. O procedimento aplicável à operação será o de autorização, uma vez que o equipamento não cumprirá com todos os critérios constantes do Regulamento supracitado, a saber: -----

- Artigo 45.º, n.º 1, alínea h) "Garantir um corredor para peões de largura igual ou superior a 1,20 m, livre de obstáculos, contado sempre que possível a partir do limite externo do passeio ou área pedonal." -----

De facto, de acordo com dados do formulário e pedidos anteriores já deferidos, deixa um corredor livre de obstáculos com apenas 0,90 m. Cumpre referir que, de acordo com a Secção 4.3. do anexo ao Decreto-Lei 163/2006 de 08/08, que aprova o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, os passeios que não se constituam como adjacentes a vias principais e vias distribuidoras devem possuir largura mínima de 1,20m, podendo no entanto existir troços com largura de 0,90m quando a sua extensão não seja superior a 1,5 m. Assim, os pedidos relativos a esta ocupação têm sido deferidos em anos anteriores, uma vez que a área solicitada se divide em duas ocupações, separadas pela entrada do esta-

belecimento, cada uma delas com a extensão de 1,5 m, o que se mostra compatível com o regime de acessibilidades. -----

Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento em causa, confirma-se a possibilidade de dispensa dos critérios referidos, que integram o seu Capítulo IV. -----

Assim, submete-se a decisão de Câmara a pretensão apresentada, entendendo-se que poderá ser tomada decisão equivalente em anos anteriores, ou seja, com a condição de que os troços de passeio com largura desobstruída de 0,90m, não apresentem extensão superior a 1,5 m. -----

Nestas circunstâncias, e em caso de deferimento, a decisão será registada no BdE, que processará as notificações adequadas. Como a taxa não está a ser calculada automaticamente, deverão os serviços proceder à sua atribuição prévia e registo no BdE em conformidade com o Regulamento de Taxas e Licenças Municipais e emitir guia de receita com o valor cobrado. O montante será recebido pela AMA, em conformidade com o protocolo celebrado, que depois procederá à transferência para o Município. -----

Deferido por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente cumprir com o constante no mesmo. -----

Presente ainda informação da Divisão de Obras e Urbanismo informando que foi apresentado, através do balcão do Empreendedor, pedido de autorização em nome de Énio Paulo Courinho Ezequiel para ocupação do espaço público com esplanada, nos termos dos números 4 e 5 do art.º 12.º do Decreto-Lei 48/2011 de 1 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 10/2015 de 16/01. De acordo com a declaração apresentada, o equipamento não cumpre com todos os critérios previstos no Regulamento de Publicidade e Ocupação do

Espaço Público - objeto dos Avisos 14737/2015 de 17/12 e 4858/2016 de 12/04 publicados na 2.ª série do Diário da República. -----

O pedido refere-se à instalação de esplanada no estabelecimento “A Tasca Gigante” localizado na Rua de Cabeção, n.º 12 em Mora. O procedimento aplicável à operação será o de autorização, uma vez que o equipamento não cumprirá com todos os critérios constantes do Regulamento supracitado, a saber:

- Artigo 45.º, n.º 1, alínea a) "Ser contígua à fachada do respetivo estabelecimento". -----

- Artigo 45.º, n.º 1, alínea f) "Não ocupar espaços destinados a circulação rodoviária ou estacionamento público". -----

Em conformidade com o artigo 7.º do Regulamento em causa confirma-se a possibilidade de dispensa dos critérios referidos, que integram o seu Capítulo IV. -----

De referir que a pretensão já foi deferida anteriormente e que a ocupação inclui como equipamentos da esplanada estrado e guarda-vento, o que se considera adequado uma vez que a mesma se localizará na faixa de rodagem / estacionamento. Submete-se assim o pedido de dispensa de requisitos a deliberação de Câmara, sendo que a pretensão deverá cumprir com todas as outras condições constantes no regulamento em causa. -----

Nestas circunstâncias, e em caso de deferimento, a decisão será registada no BdE, que processará as notificações adequadas. Como a taxa não está a ser calculada automaticamente, deverão os serviços proceder à sua atribuição prévia e registo no BdE em conformidade com o Regulamento de Taxas e Licenças Municipais e emitir guia de receita com o valor cobrado. O montante será recebido pela AMA, em conformidade com o protocolo celebrado, que depois proce-

derá à transferência para o Município.-----

Deferido por unanimidade de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, devendo o requerente cumprir com o constante no mesmo. -----

----- **Ponto um - três: AUDITORIA DE REVISÃO DE CLASSIFICAÇÃO -**

**CASA DE CAMPO - CASA DA VILA DE CABEÇÃO:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** enviando para os devidos efeitos, relatório da auditoria de revisão de classificação efetuada ao empreendimento turístico "Casa da Vila de Cabeção", situado em Cabeção.-----

Propõe-se, também, dar conhecimento do resultado do procedimento ao Turismo de Portugal I.P., nos termos definidos pelo n.º 9 do artigo 38.º do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade manter a classificação do edifício vistoriado (Casas de Campo), de acordo com o Relatório de Auditoria de Revisão de Classificação com a seguinte capacidade:-----

"Casa da Vila de Cabeção": 7 unidades de alojamento (quartos); 14 camas (10camas fixas individuais e 2 camas fixas duplas).-----

Mais foi deliberado por unanimidade dar conhecimento do resultado do procedimento ao Turismo de Portugal I.P., nos termos definidos pelo n.º 9 do artigo 38.º do Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos. -----

----- **Ponto um - quatro: CONSTITUIÇÃO EM REGIME DE PROPRIEDADE**

**HORIZONTAL:** Relativamente ao processo nº. 17/2017, em nome de Margarida Vitória da Silva Lamarosa, informa-se que foi realizada vistoria em 15/12/2017, para verificação das condições para constituição do edifício em regime de propriedade horizontal. -----

De acordo com a fundamentação constante nesse relatório, a pretensão apre-

sentava indícios de indeferimento, pelo que foi dado cumprimento ao princípio de audiência prévia dos interessados, consagrado nos artigos 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo. Em 29/01/2018, a requerente solicitou prorrogação do prazo para pronúncia, mas, até à presente data, não foi aditado qualquer elemento ao processo. -----

Assim, propõe-se deliberação em conformidade com o constante do relatório de vistoria. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade dar prosseguimento ao procedimento conforme o proposto no **Relatório de Vistoria** e notificar a requerente do indeferimento do seu pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo** e parecer Jurídico. -----

----- **Ponto um - cinco: PROJETOS DE ESPECIALIDADES:** Presente o seguinte projecto de especialidades em nome de: -----

- **António José Simões dos Santos**, para ampliação de moradia sita na Courela de Santo António, em Mora, processo número 69/95. -----

Deliberado por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, considerar que os projetos de especialidades apresentados cumprem o disposto na legislação aplicável, deferindo o pedido. Tratando-se de uma legalização, não há lugar à emissão de licença de construção, devendo ser entregues os elementos necessários para a concessão da autorização de utilização. -----

- Manuel Silva da Rosa, para construção de edifício de habitação na Rua do Caminho de Ferro , nº. 56, em Mora processo nº. 17/2018. -----

Deliberado por unanimidade com base no parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**, considerar que os projectos apresentados cumprem o disposto na

legislação aplicável, deferindo o pedido. -----

Mais foi deliberado por unanimidade conceder a licença de construção pelo prazo de 365 dias, após apresentação dos elementos necessários para o efeito, a efetuar no prazo de um ano a contar da data da notificação do ato de licenciamento. -----

----- **Ponto um - seis: EMISSÃO DE CERTIDÃO - ISENÇÃO DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO:** Presente o seguinte pedido de emissão de certidão em nome de:-----

- **Helder António Salgueiro Pires**, a solicitar a emissão de uma certidão comprovativa de que não era exigível a licença de utilização à data de construção do prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 182 da freguesia de Pavia, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mora sob o n.º 906 da mesma freguesia, com a área de implantação e de construção de 37,54 m2, localizado na Rua do Muro, n.º 21. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade emitir parecer favorável, deferindo o pedido, de harmonia com o parecer da **Divisão de Obras e Urbanismo**.

----- **Ponto um - sete: PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO "CONSTRUÇÃO DA NOVA ROTUNDA NA AVENIDA DO FLUVIÁRIO EM MORA" APROVAÇÃO DO PSS E DO PLANO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA:** Presente informação da **Divisão de Obras e Urbanismo** informando que no seguimento da tramitação do procedimento para a execução da Empreitada com a designação de **"Construção de nova rotunda na Avenida do Fluvialrio em Mora"** e a referência de **"CP 05-2019"**, e ao abrigo do número 1 do artigo 362.º do CCP, submete-se à aprovação, por parte do órgão competente para a

decisão de contratar, os documentos **"Plano de Segurança e Saúde"** e **"Plano de Sinalização Temporária."** -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar os documentos **"Plano de Segurança e Saúde"** e **"Plano de Sinalização Temporária."** -----

----- **Ponto dois: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE ACÇÃO SÓCIO CULTURAL:** -----

----- **Ponto dois - um: ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE MORA - PROPOSTA DE SUBSÍDIO:** Pelo **Senhor Vereador**

**Marco Filipe Barreiros Pires** foi presente uma declaração elaborada nos termos definidos nos artigos 69 e 70 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de Janeiro - C.P.A., na sua última redação, em como se considera impedido para quaisquer intervenções enquanto Vereador da Câmara, para intervir no presente assunto por ser **Presidente da Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, pelo que de seguida abandonou a reunião. --

- Ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 9 e 10. -----

Presente informação da **Unidade de Ação Sócio Cultural** informando que ao abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº 1 do Art. 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com art. 9º do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora é presente a seguinte proposta que respeita os requisitos exigidos pelo regulamento supra referido, nomeadamente os previstos nos Artigos 5, 12, 14 e 15. -----

Face ao pedido efetuado pela **Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mora**, em anexo, vimos propor a atribuição de um subsídio no valor de **20.000€**, para apoio à aquisição de uma viatura para transporte de doentes, dado algumas das viaturas existentes nesta **Associação** já terem ultrapassado a sua vida útil devido aos kms já percorridos e necessitarem de ser substituídas. -----

A **Câmara Municipal** manifestou o seu acordo com a proposta apresentada tendo deliberado por unanimidade conceder um subsídio no valor de **20.000€**, destinado a para apoio à aquisição de uma viatura para transporte de doentes, dado algumas das viaturas existentes nesta **Associação** já terem ultrapassado a sua vida útil devido aos kms já percorridos e necessitarem de ser substituídas o abrigo do disposto nas alíneas o) e u) do nº. 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, conjugado com o artigo 9º. do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Mora, em vigor. -----

Ato continuo o Senhor Vereador regressou à reunião.-----  
----- **Ponto três: EXPEDIENTE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** -----  
**RA:** -----

----- **Ponto três - um: RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** Foi presente o **Resumo Diário de Tesouraria** com data de ontem, o qual acusa o saldo em **Dotações Orçamentais** no valor de **2.230.297,45€, dois milhões duzentos e trinta mil duzentos e noventa e sete euros e quarenta e cinco cêntimos** e **Dotações não Orçamentais** no valor de **18.044,21€, dezoito mil e quarenta e quatro euros e vinte e um cêntimos.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento.-----

----- **Ponto três - dois: MAPA DE PAGAMENTOS AUTORIZADOS:** Presente mapa de pagamentos autorizados nos termos da alínea g) do artigo trinta e cinco da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, no valor de **3.768,00€, três mil setecentos e sessenta e oito euros.** -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento. -----

----- **Ponto três - três: INVENTÁRIO DOS BENS DE IMOBILIZADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MORA:** Presente informação da Secção Financeira enviando para aprovação o **Inventário e Avaliação dos Bens de Imobilizado da Câmara Municipal de Mora, referente a 31 de Dezembro de 2018.** -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade nos termos da alínea i) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o Inventário de todos os Bens Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação. -----

Mais deliberou por unanimidade enviar o referido **Inventário à Assembleia Municipal** para apreciação e votação. -----

----- **Ponto três - quatro: PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018: PRESTAÇÃO DE CONTAS RESPEITANTE AO PERÍODO DE UM DE JANEIRO A TRINTA E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO:** Presente a **Prestação de Contas**

respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018, acompanhados da documentação que as justifica. -----

De seguida foi posta à votação o presente ponto: -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade nos termos da alínea i) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro aprovar a **Prestação de Contas respeitante ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018**, anexa à presente acta, que será enviada à **Assembleia**

**Municipal** para apreciação e votação e ao **Tribunal de Contas** para julgamento. -----

----- **Ponto três - cinco: 1ª. ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2019:**

Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação a proposta da **1ª Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mora para o ano de 2019**. Mais propõe enviar a referida proposta para deliberação da **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar a proposta elaborada da **1ª Alteração do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mora para o ano de 2019** e enviá-la à **Assembleia Municipal** para aprovação, de harmonia com o artigo 25, alínea o) da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - seis: 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019-2022 (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2019-2022 E PLANO DAS ATIVIDADES MAIS RELEVANTES 2019-2022):**

Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da **1ª Revisão ao Plano das Atividades Mais Relevantes 2019-2022** e a **1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022**. Mais se propõe que a mesma seja submetida à **Assembleia Municipal** para aprovação. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta da **1ª Revisão ao Plano das Atividades Mais Relevantes 2019-2022** e a **1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos 2019-2022**, anexas à presente ata, e submeter as mesmas à aprovação da **Assembleia Municipal** nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - sete: 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL 2019:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para deliberação em reunião ordinária, junto se anexa a proposta da **1ª Revisão ao Orçamento da Receita** e a **1ª Revisão ao Orçamento da Despesa do ano de 2019**. Mais se propõe que a mesma seja submetida à **Assembleia Municipal** para aprovação. A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade manifestar o seu acordo com a proposta da **1ª Revisão ao Orçamento da Receita** e a **1ª Revisão ao Orçamento da Despesa do ano de 2019**, anexa à presente ata, e submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 33 da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **Ponto três - oito: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE BROTAS - 2º. SEMESTRE DE 2018:** Presente informação da Divisão **Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento em reunião ordinária, o relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Brotas, do 2º semestre de 2018**. -----

Mais propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - nove: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE CABE-**

**ÇÃO - 2º. SEMESTRE DE 2018:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento em reunião ordinária, o relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Cabeção**, do 2º semestre de 2018. -----

Mais propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - dez: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE MORA -**

**2º. SEMESTRE DE 2018:** Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** enviando para conhecimento em reunião ordinária, o relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Mora**, do 2º semestre de 2018. -----

Mais propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - onze: RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE MORA E A FREGUESIA DE PAVIA -**

**2º. SEMESTRE DE 2018:** Presente informação da **Divisão Administrativa e**

**Financeira** enviando para conhecimento em reunião ordinária, o relatório de acompanhamento da execução do **Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Mora e a Freguesia de Pavia**, do 2º semestre de 2018. -----

Mais propõe que se delibere sobre a remissão do presente relatório para a **Assembleia Municipal**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento do referido relatório e deliberou por unanimidade enviá-lo à **Assembleia Municipal**. -----

----- **Ponto três - doze: ABERTURA DE CONCURSO ATRAVÉS DE HASTE PÚBLICA PARA EXPLORAÇÃO DO BAR DAS PISCINAS MUNICIPAIS:** Pre-

sente informação da **Secção Administrativa** informando que, dando cumprimento à deliberação tomada em reunião ordinária de 06 de março do corrente ano, foram publicados avisos para abertura de concurso para atribuição da exploração do Bar das Piscinas Municipais. -----

Dado que não foram apresentadas quaisquer propostas, trago o facto ao conhecimento da **Câmara Municipal**.-----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade abrir novamente concurso através de hasta pública, para atribuição da Exploração do Bar das Piscinas Municipais, fixando para o efeito o prazo limite de apresentação de candidaturas até às 17:30 horas do dia 14 de Maio de 2019. -----

A abertura das propostas terá lugar em acto público a realizar no dia 15 de Maio pelas 10,00 horas. -----

O Júri deste acto é formado pelos Senhores: **Presidente da Câmara, Luís Simão Duarte de Matos**, Vereador **Marco Filipe Barreiros Pires**, Vereadora

Paula Cristina Calado Chuço, Vereadora, Mafalda Isabel Carreiras Goulão Lopes e Vereador Bruno Alexandre Croca Brites. -----

----- Ponto três - treze: PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA "PINTURA EXTERIOR DOS EDIFÍCIOS DO FLUVIÁRIO DE MORA" - CONTA

FINAL E REVISÃO DE PREÇOS: Presente informação da **Divisão Administrativa e Financeira** submetendo à reunião de **Câmara**, para aprovação, a Conta Final e Revisão de Preços da empreitada "**Pintura Exterior dos Edifícios do Fluviário de Mora**". -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade aprovar o documento "**Conta Final**" bem como a **Revisão de Preços** da empreitada "**Pintura Exterior dos Edifícios do Fluviário de Mora**". -----

----- Ponto quatro: EXPEDIENTE DA UNIDADE DE SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE: -----

----- Ponto cinco: EXPEDIENTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: -----

----- Ponto cinco - um: DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE: A **Câmara Municipal** tomou conhecimento dos seguintes **despachos** do **Senhor Presidente**: -----

- Em que determinou, em conformidade com o disposto na alínea b) do nº 5 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, proceder à retificação de aspetos do caderno de encargos, referente ao Concurso Público CP 01/2019 para "Aquisição de Serviços - Espetáculos de Música para a ExpoMora2019", nos seguintes termos: -----

Na Cláusula 5.ª do Caderno de Encargos – Prazo -----

Onde se lê: -----

"A prestação dos serviços decorrerá durante os dias 7, 8 e 9 de setembro de 2019, ..." -----

**Deve ler-se:** -----

"A prestação dos serviços decorrerá durante os dias 6, 7 e 8 de setembro de 2019, ..." -----

- **Em que determinou**, adjudicar à firma Skillmind - Consultadoria e Sistemas de Informação, S.A. - NIF: 507650387, o "Desenvolvimento da Aplicação Móvel "Pesca em Portugal" e "Tour Guides - Fluvial" no âmbito do projeto LIFE Águeda LIFE 16 ENV/PT/000411", pelo valor de 41.930,00€, (quarenta e um mil novecentos e trinta euros), mais IVA, por apresentar uma proposta vantajosa, com base nos critérios de adjudicação estabelecidos. -----

**Mais determinou** aprovar a minuta do contrato, do presente procedimento nos termos da proposta apresentada. -----

- **Em que determinou**, retificar o despacho de 01 de fevereiro de 2019, em que determinou a adjudicação da empreitada "Pintura exterior dos edifícios do Fluvial de Mora" à empresa Sociedade Construções Cabeçanense, Lda, pelo valor de 14.230,00€ (catorze mil duzentos e trinta euros), nos termos do artigo 174º do Código do procedimento Administrativo.-----

Assim, onde se lê: -----

"...pelo valor de 14.230,00€ (catorze mil duzentos e trinta euros)". -----

Deve ler-se: -----

"...pelo valor de 14.320,00€ (catorze mil trezentos e vinte euros)".-----

----- **Ponto cinco - dois: APROVAÇÃO DO PMEPC - PLANO MUNICIPAL**

**DE EMERGÊNCIA DA PROTEÇÃO CIVIL DO CONCELHO DE MORA:** Pre-

sente informação do **COM** enviando o **Plano Municipal de Emergência da**

**Proteção Civil do Concelho de Mora**. Mais informa que o mesmo depois de aprovado estará em discussão pública pelo período de 30 dias e posteriormente irá para aprovação da **ANEPC - Comando Distrital de Évora**. -----

A **Câmara Municipal** tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta do **Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Concelho de Mora**. -----

----- **Ponto cinco - três: CEDÊNCIA DE TRANSPORTE:** Presente informação do **Senhor Vereador do Pelouro dos Transportes, Marco Filipe Barreiros Pires**, informando que dando cumprimento ao estipulado no Regulamento de Cedência de Veículos de Passageiros do Município de Mora, propõe ao Executivo Municipal a aprovação da cedência de transporte às seguintes associações:

- **Grupo Desportivo de Pavia** para transporte dos atletas para participarem na Estafeta da Liberdade, no próximo dia 24 de Abril; -----

- **Grupo de Cantares Alentejanos de Brotas**, para uma atuação a Avis (11 de Maio) e a Montargil (25 de Maio); -----

- **Agrupamento de Escolas de Mora**, para transporte dos alunos do 1º Ano de Mora ao Oceanário de Lisboa, no próximo dia 13 de Maio. -----

A **Câmara Municipal** deliberou por unanimidade **aprovar** a cedência de transporte às Instituições acima referidas. -----

----- **Ponto cinco - quatro: CONDECORAÇÕES 25 ABRIL 2019:** A **Câmara Municipal** nos termos previstos no seu **artigo primeiro, do Capítulo I do Regulamento de Atribuição de Condecorações do Município de Mora**, onde se prevê que *“deverão ser galardoados aqueles que individualmente ou colectivamente, pelos serviços prestados à comunidade, contribuíram para a dignificação do Concelho”*, deliberou por unanimidade que sejam

**homenageadas no âmbito das Comemorações Concelhias do 45º Aniversário do 25 de Abril**, as personalidades e entidades adiante designadas, com as seguintes condecorações: -----

**I. Medalha de Mérito Municipal:** -----

- **Desportiva** - Joaquim João Magro Lopes; -----

- **Cultural** - Maria Ângela Beirante; -----

- **Funcionários da Autarquia** - Maria Elisa Garcia Pinto. -----

**II. Condecoração "Mora Reconhecido":** -----

- **Trabalho** - Pedro António Marcelino Canas; -----

- **Associativismo**: Grupo Morense de Amadores de Pesca Desportiva do Raia -----

----- **Ponto seis: INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não houve público presente.

----- **Ponto sete: APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA PRESENTE REUNIÃO:** Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO:** E não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, eram doze horas e trinta minutos, de tudo para constar se lavrou a presente acta. -----

E eu, Assistente Técnica exercendo  
funções na **Divisão Administrativa/Financeira**, para o efeito designada por deliberação tomada em reunião ordinária da **Câmara Municipal de Mora**, realizada no dia seis de Novembro de dois mil e treze, a lavrei, subscrevo e assino.-